

ATA DA 103ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2014
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ROMILDO TITON

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Aldo Schneider - Altair Guidi - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, quero fazer o registro da presença ilustre nesta Casa de lideranças de Papanduva: vereadora do PDT, Djana; o vereador Cezar, do PP; o vereador do PSD, Girseliano e o vereador do PP, o Alois, buscando recursos para o município. Sejam bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Agradeço a presença dos vereadores. Sintam-se em casa.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra, o primeiro orador inscrito, o deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, prezados catarinenses presentes nesta Casa, público que nos acompanha pela TVAL e Rádio Alesc Digital; queremos saudar a vereadora, de Papanduva, que nos visita, toda a delegação; também o secretário da Assistência Social do referido município, o Betão. Eu quero cumprimentar todas as lideranças e autoridades que estão nas galerias da Casa acompanhando os nossos trabalhos.

Eu quero inicialmente saudar o prefeito Edelvânio Nunes Topanoti, de Bom Jardim da Serra, uma bela cidade encravada lá no ponto mais alto da região serrana, extremamente bonita, com extraordinários recursos naturais, com recursos humanos muitos grandes, mas que, naturalmente, carece de recursos financeiros, de investimentos maciços para transformarmos aquela região, juntamente com São Joaquim, Urubici, Urupema, Rio Rufino, numa grande região turística.

E o prefeito, através da secretaria da Saúde, está promovendo, assim como as demais secretarias municipais de Saúde pelo estado afora, atendendo a um clamor social, chamado Novembro Azul. Esse programa tem o objetivo de chamar a atenção das famílias para o fato de que o chefe da casa, o pai, o dono da casa, o homem, também adocece, e que há uma doença muito comum, muito frequente, que mata, mas se for tratada com seriedade tem um grande índice de cura. Os índices mostram que de 85% a 95% das pessoas diagnosticadas a tempo com câncer de próstata, têm cura. Então, quase todos os pacientes que são diagnosticados e tratados adequadamente, praticamente todos, têm grandes chances de cura, basta que sejam diagnosticados rapidamente.

O câncer da próstata, assim como o câncer de colo do útero ou o câncer de mama nas mulheres, tem muito a ver com o momento em que é diagnosticado. Quando o médico faz um diagnóstico de uma doença num estágio muito avançado, como por exemplo, no caso do câncer de mama, quando já está

nas axilas, no pulmão, na coluna, não há muito o que fazer. Ainda é feito um grande esforço para melhorar a qualidade de vida, mas não há um resultado efetivo. O câncer de colo do útero, que acomete muitas mulheres, está sendo diagnosticado precocemente, graças às campanhas que estão sendo feitas há mais de 30 anos, pois virou rotina de praticamente todas as mulheres fazer o exame ginecológico uma vez por ano, o chamado Papanicolau. Com isso, o câncer de colo de útero é diagnosticado num estágio muito inicial e, na grande maioria das vezes, simplesmente com o procedimento cirúrgico já ocorre a cura, numa cirurgia simples de ser feita. Em nossos hospitais temos equipes médicas com cirurgiões qualificados em quase todas as regiões do estado, aptos a prescreverem um tratamento definitivo.

Mas isso tudo porque se criou essa rotina de a mulher procurar o posto de saúde e fazer o exame preventivo, o Papanicolau. E o que se quer com a campanha Novembro Azul é exatamente isso, criar uma rotina para os homens acima de 45 a 50 anos. Quando alguém da família, tio, pai ou avô já teve câncer de próstata, aconselha-se começar a fazer o exame um pouco antes, aos 40 anos, no posto de saúde ou no seu médico de preferência, que basicamente consiste num exame clínico, numa avaliação de laboratório dos exames de sangue e também com imagens e, principalmente, uma ultrassonografia. No caso de alguma suspeita o médico pede o exame da próstata que, há 20, 30 anos era muito agressivo, pois era usada uma agulha que, de certa maneira, traumatizava o paciente. Atualmente, até mesmo a biopsia é fácil de fazer, pois enquanto um médico fica olhando pelo monitor onde está a ponta da agulha; o outro, monitora o transistor do ultrassom para ter a imagem da próstata, ou seja, a imagem do cenário que o médico urologista, com a agulha na mão, precisa encontrar.

Então, estou querendo dizer que se tornou algo extremamente fácil fazer o diagnóstico do câncer de próstata e iniciar o tratamento adequado.

Mas qual é o grande detalhe? Em que consiste a deficiência desse procedimento? Todos os postos de saúde dispõem de médicos, mas não há urologistas em todos os postos. Com isso, os pacientes são encaminhados, num primeiro momento, ao clínico geral. Eu estive semana retrasada falando com o diretor do Hospital Florianópolis e já estou aguardando uma audiência com a secretária da Saúde, que tem uma agenda grande e, certamente, não tem muito tempo nem para as grandes sugestões, imaginem as outras questões.

Mas qual é o grande problema hoje relacionado com essa questão? Não existe esse exame no serviço público - e duvido que alguém me diga onde pode ser feita hoje a biopsia de próstata em algum serviço público -, porque ele é extremamente delicado, é feito sem causar trauma ao paciente, como já disse, com uma agulhinha e com um aparelho de ultrassom, em que o médico retira um pedacinho da próstata da área suspeita e manda fazer o exame patológico para saber se é câncer e qual o grau de agressividade da doença.

Então, existe um grande número de pacientes que necessitam fazer esse exame, porque de cada seis homens com mais de 60 anos um, seguramente, tem câncer de próstata. Para exemplificar, basta olharmos o número de homens, neste Plenário, com mais de 60 anos, a começar pelo presidente, temos mais de seis. Certamente, um de nós poderá ter o câncer de próstata e o único jeito de saber se temos a doença ou não é fazendo os exames de rotina, que são confirmados pela biopsia. Mas o grande problema é que há muita gente para fazer esses exames, em Santa Catarina temos, no mínimo, 600 mil homens acima de 60 anos.

Então, dos 600 mil homens acima de 60 anos, se fizermos uma relação de um para um, dá um total de 100 mil homens que têm câncer de próstata. Onde está a equipe e a disponibilidade da secretaria da Saúde para fazer a biópsia da próstata? Só faz biópsia hoje quem conseguir pagar, no mínimo, R\$ 140,00 para o médico do ultrassom, R\$ 150,00 para o médico que faz a biópsia e mais R\$ 100,00 para

cada fragmento, que geralmente são seis ou oito. Ou seja, somando, passa de R\$ 1.000,00.

Assim sendo, sr. presidente, hoje isso não existe em lugar nenhum do Brasil! Em Santa Catarina, eu desconheço que existe algum lugar que faça a biópsia de próstata pelo SUS sem ter que pagar R\$ 1.000,00, R\$ 1.200,00. Quem não tiver como pagar, vai ficar com o câncer de próstata guardado ali, esperando na fila, até encontrar alguma benevolência ou algum jeito de pagar os R\$ 1.000,00.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, ouvintes da Rádio Alesc Digital, pessoas que nos acompanham pela TVAL, senhoras e senhores que também acompanham a sessão desta Casa, na tarde de hoje, quero, inicialmente, agradecer ao prefeito José Castelo Deschamps, de Biguaçu, pela colhida que tivemos ontem em seu gabinete, para discutir algumas questões exatamente relacionadas à questão da saúde e ao hospital de Biguaçu, que deve abrir suas portas brevemente.

Uma grande conquista para Santa Catarina será o funcionamento desse hospital regional, que irá desafogar, em muito, as questões da saúde da Grande Florianópolis. E fomos para lá, juntamente com o vereador Lédio Gerhardt, para acompanhar as demandas para o pleno funcionamento dessa nova instituição hospitalar em Santa Catarina.

Parabéns ao prefeito José Castelo Deschamps pela sua gestão no município de Biguaçu.

Ontem à tarde, sr. presidente, tivemos a oportunidade de acompanhar, de forma até emocionante, no auditório Antonieta de Barros desta Casa, o seminário Fissuras e Interfaces da Sociedade Civil no Sistema de Garantia de Direitos, numa parceria com a Associação dos Magistrados Catarinenses, do Ministério Público de Santa Catarina e da Assembleia Legislativa.

Foi extremamente interessante ouvir o depoimento, deputado Sargento Amauri Soares, de sete ex-trafficantes do Rio de Janeiro. Pessoas que comandavam o chamado crime organizado, as facções, os morros cariocas, seis homens e uma mulher, vindos de diferentes regiões e com diferentes experiências, as quais passaram pelo sistema prisional, no Rio de Janeiro, alguns com 20, 30 anos de cadeia, mas que conseguiram passar por um processo de ressocialização. Todas essas pessoas, hoje, estão ligadas ao afroreggae do Rio de Janeiro, instituição não governamental que tem feito um belíssimo trabalho não somente naquele estado, como também em São Paulo, mas que nasceu no Rio de Janeiro, unidas pela crença da transformação social.

Foi, de fato, um momento de muita carga emotiva ouvir o depoimento desses ex-trafficantes que colocaram como conseguiram superar e passar pelo sistema prisional. E a ênfase do debate era, principalmente, o processo de ressocialização.

E nós conseguimos fazer algumas anotações, traçar alguns diálogos com essa equipe que veio do Rio de Janeiro e de São Paulo, no sentido de enviar essas sugestões ao governo do estado, em especial, para o trabalho que fazemos no combate e prevenção às drogas.

Parabéns à Associação dos Magistrados Catarinenses, ao Ministério Público e a esta Casa por esse seminário trazido a Santa Catarina, no dia de ontem: Seminário Fissuras e Interfaces da Sociedade Civil no Sistema de Garantia de Direitos.

E por falar nessa questão de drogas recebi também, e já passei aos membros da nossa comissão de Combate e Prevenção às Drogas desta Casa, o ofício do Conen - Conselho Estadual de Entorpecentes - assinado pelo seu novo presidente, o delegado da Polícia Federal, Ildo Rosa. Ele que é bastante conhecido, veterano na batalha contra as drogas e da Lei Federal n. 11.343/2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad -, também na Lei Estadual n. 13.641, de dezembro de 2005, sobre o Sistema de

Prevenção, Recuperação e Repressão que cria o Fundo Especial Antidrogas em Santa Catarina e o Decreto Estadual n. 991/2012, que institui o Programa Crack - É Possível Vencer, do governo federal.

Com base nessas três legislações o Conen nos encaminhou um ofício no sentido de fazermos a intermediação com o governo do estado. Já solicitamos uma audiência com o governo estadual para pleitear basicamente duas demandas. Uma delas para que de fato o Fundo Social, criado em 2005, há quase uma década e que até agora se tornou um fundo literalmente inócuo, sem nenhuma utilidade, porque não houve por parte do governo estadual nem por parte do Conen uma cobrança maior, uma iniciativa de uma proposta para que, de fato, esse fundo possa funcionar. Estamos perdendo recursos, deputada Ada Faraco de Luca - v.exa. que esteve ligada há muito tempo à secretaria de Cidadania e Justiça - e nos dizia o delegado Ildo Rosa, por exemplo, que na Polícia Federal, aqui em Santa Catarina, mais de 100 veículos que foram apreendidos, que estavam com traficantes, que poderiam estar sendo utilizados por comunidades terapêuticas, por ONGs, associações que trabalham na prevenção, na recuperação, na ressocialização, por falta de uma normatização do Fundo Estadual de Prevenção e Combate às Drogas, acabam não sendo direcionados como poderiam ser às nossas comunidades terapêuticas. Faremos, sim, esse pedido junto ao governo do estado.

O Conselho Estadual, dirigindo-se à nossa comissão, solicitou, junto ao governo do estado, a criação de uma diretoria de Políticas Públicas sobre Drogas. Eu comentava com a deputada Ada Faraco de Luca que isso poderia estar na própria secretaria de Justiça e Cidadania, na secretaria de Segurança Pública ou mesmo na Casa Civil, mas que de fato tenhamos essa diretoria para comandar e coordenar as políticas públicas sobre drogas do ponto de vista do Executivo Estadual.

Então, faremos esse apelo ao governo do estado nessa audiência já solicitada. Basicamente, temos duas semanas para que o Fundo Estadual de

Prevenção e Combate às Drogas possa, de fato, ser agilizado, alavancado e, para que possamos ter, efetivamente, uma diretoria de Políticas Públicas sobre Drogas na estrutura administrativa do governo do estado.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o próximo orador inscrito, o sr. deputado Dirceu Dresch.

(Pausa)

Na ausência do deputado Dirceu Dresch e, não havendo mais oradores inscritos em Breves Comunicações, passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, quarta-feira, o primeiro horário pertence ao PMDB.

Com a palavra, a sra. Deputada Ada Faraco De Luca, por até 14 minutos.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Boa tarde, sr. presidente, membros da Mesa, caros colegas deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e imprensa em geral.

(Passa a ler.)

"Venho ocupar a tribuna na tarde de hoje, sr. presidente, com satisfação, para fazer um relato da visita que fiz e pude constatar a realidade, de como está o Hospital Filantrópico São Donato, em Içara. Mesmo passando por dificuldades financeiras, o São Donato tem sido referência para toda a região da Amrec, já que atende boa parte dos municípios vizinhos que não possuem pronto atendimento e emergência no período da noite. Contudo, parte de Criciúma, Morro da Fumaça, Cocal do Sul, Forquilha, Balneário Rincão, entre outros, também se beneficiam.

O bom conceito do hospital tem se dado não apenas pelo atendimento de qualidade, mas também, pela estrutura reformulada. Com quartos novos, acessibilidade para os usuários, pronto atendimento, emergência 24 horas e conforto oferecido pelo SUS."

É difícil vir à tribuna para elogiar, mas eu estou aqui elogiando e parabenizando porque eu vi, ninguém me contou.

(Continua lendo)

"O hospital conta com 71 leitos que funcionam a pleno vapor. Para um município com 50 mil habitantes, esta quantidade de vagas ainda é insuficiente, e o desafio para a gestão do hospital é aumentar o nível de eficiência e agilidade de forma muito maior do que é prestada hoje.

Falando ainda em estrutura, em agosto passado, fiz uma visita ao hospital e pude conhecer, em primeira mão, os novos 'quartos humanizados' e os achei fantásticos! Quem entra num quarto desses pensa estar visitando um leito de hospital particular. Com camas mais confortáveis, TVs modernas com sinal digital, ar-condicionado e poltrona reclinável para os acompanhantes.

Tudo isso para que, com mais conforto, o paciente tenha uma recuperação melhor e mais rápida. Por enquanto apenas dois quartos tem esta adaptação, porém a intenção do Hospital São Donato é, aos poucos, aumentar gradativamente o número de quartos humanizados até chegar a sua totalidade. O paciente não gasta absolutamente nada, tudo é custeado pelo Sistema Único de Saúde.

Recentemente a instituição bateu a meta de contratações. Hoje, o quadro médico de enfermagem e o administrativo estão completos e, com essas contratações pontuais, gera um saldo positivo tanto para o município de Içara quanto para os usuários. Os recursos que vêm sendo liberados pelo governo do estado garantirão que a entidade possa chegar ao final deste ano com qualidade e eficiência nos atendimentos.

O serviço de urgência e emergência está com dois médicos de plantão todos os dias, o que garante um melhor atendimento médico na região. O São Donato atende as mais diversas especialidades e faz vários tipos de cirurgias, entre elas, otorrinolaringologia, ortopedia, vascular, oftalmologia, porém, os atendimentos principais

são na área da pediatria e obstetrícia. O Centro realiza mais de 100 partos por mês.

O município oferece forte apoio ao hospital e contribui de forma efetiva no custeio de cirurgias e tratamentos, arcando com, praticamente, todas as despesas desta ordem. Para se ter uma ideia, gasta-se, somente em anestésias, cerca de R\$ 34 mil por mês. Tudo bancado pela secretaria de Saúde de Içara.

Gostaria, então, de deixar aqui os meus parabéns ao diretor do Hospital Filantrópico São Donato, Júlio César de Luca, ao secretário da Saúde de Içara, dr. Lauro Nogueira, ao prefeito Murialdo Gastaldon e ao vice-prefeito Sandro Serafim, ao secretário adjunto de Saúde do nosso estado, Acélio Casagrande, que também tem nos ajudado e feito uma bela parceira e, em especial, ao governador Raimundo Colombo pelo belíssimo trabalho que está realizando e pela belíssima parceria com o município de Içara.

Muito ainda há de se fazer, mas com zelo, transparência, comprometimento, em breve, o Hospital São Donato, de Içara, tenho certeza, será uma referência estadual."

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

(Pausa)

Na ausência de deputados do PSD, os próximos minutos são destinados ao PT.

(Pausa)

Na ausência de deputados do PT, os próximos minutos são destinados ao PP.

(Pausa)

Na ausência de deputados do PP, os próximos minutos são destinados ao PCdoB.

(Pausa)

Na ausência de deputados do PCdoB, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Na ausência de deputados do PSDB e, conforme entendimento das lideranças desta Casa, terminando o horário dos Partidos Políticos e antes da Ordem do Dia, que é às 16h, suspenderemos a sessão até o início da Ordem do Dia, que acontecerá às 16h.

Está suspensa a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - (Faz Soar a campainha.) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0281/2014.

Não há emendas a redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em segundo turno o Projeto de Lei n. 0019/2014, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, que institui o dia 6 de dezembro como o Dia da Mobilização Estadual dos Homens pelo Fim da Violência Contra as Mulheres.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0076/2014, de autoria do deputado Dado Cherem, que veda a formalização de contratos públicos entre órgãos e entidades que compõem a Administração Pública estadual com empresas que utilizem trabalho análogo ao de escravo na produção de bens e serviços.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Trabalho, Administração e Serviço Público e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queria discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0238/2012, de autoria do deputado Darci de Matos, que dispõe sobre as normas de segurança, fiscalização e a manutenção de equipamentos de lazer em parques de diversões, *playgrounds*, parques infantis e praças instaladas em espaços públicos e em *buffets* infantis e estabelecimentos particulares similares que explorem atividades recreativas no âmbito do estado de Santa Catarina, e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queria discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0287/2013, de autoria do deputado Jorge Teixeira, que altera a Lei n. 13.325, de 2005, que dispõe sobre a comercialização de produtos combustíveis ao consumidor final.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queria discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0001/2014, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, que declara integrante do patrimônio histórico, artístico e cultural do estado de Santa Catarina a Oktoberfest do município de Itapiranga.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Educação, Cultura e Desporto e a de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A deputada Angela Albino, autora de Projeto de Lei n. 0174/2013, solicitou que o referido projeto fosse retirado de pauta e transferido para a próxima sessão.

Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 446, de autoria do deputado Darci de Matos; 447, de autoria da deputada Angela Albino; 448 e 449, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

Esta Presidência comunica, ainda, que defere os Requerimentos n.s: 818, de autoria do deputado Neodi Saretta; 819, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 820 e 821, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 822, de autoria do deputado Edison Andrino e 823, de autoria do deputado Dirceu Dresch.

A Presidência defere de plano.

Esta Presidência submete à deliberação do Plenário a Moção n. 89, de autoria do deputado Manoel Mota, a ser enviada ao reitor da USP, apelando para que não desvincule o Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais desta universidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 90, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada ao ministro da Educação e aos senadores Luiz Henrique da Silveira e Casildo Maldaner, solicitando a implantação de uma faculdade de Agronomia no município de Canoinhas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de informação n. 60, de autoria do deputado Ismael dos Santos, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações referentes à reforma da Escola Cecília Rosa Lopes.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há quórum para deliberarmos. Temos presentes em plenário 22 srs. deputados.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, Sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, com a sua licença quero dizer que houve um encaminhamento, nesta manhã, junto à maioria dos líderes partidários, para que propuséssemos nesta sessão a retirada dos vetos e votássemos todos os vetos na próxima terça-feira,

quando haverá um esforço concentrado de todas as bancadas para se fazer presentes em Plenário.

Então, tendo em vista esse encaminhamento por parte dos líderes, conclamo a v.exa. pela retirada dos vetos da pauta desta sessão e que possamos deliberá-los na próxima terça-feira.

Seria, isso, Sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Se foi um acordo de lideranças não há o porquê de esta Presidência não o fazer cumprir.

Está transferida toda a pauta dos vetos para a próxima terça-feira.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Quero saudar o sr. presidente, os srs. deputados, as sras. deputadas, todos os que nos acompanham pela TVAL e Rádio Alesc Digital, quero trazer a esta tribuna no dia de hoje dois temas que considero importante.

O primeiro tema é que estive ontem pela manhã, no município de Mondaí, acompanhando essa grande polêmica, essa grande problemática que envolve os nossos agricultores, os nossos trabalhadores e, porque não dizer, a economia catarinense, que é a questão do leite adulterado. Isso está causando grandes consequências em Mondaí. Eu vi trabalhadores da Empresa Laticínios Mondaí preocupados com os seus empregos e sem saber de que forma vão sustentar as suas famílias. Não sabem como vão pagar as suas contas. Eu vi agricultores apreensivos, preocupadíssimos, porque já estão há 60 dias, 90 dias sem receber a renda do leite de todo o mês. E as dívidas no banco, também dívidas familiares, acumulando-se, já que estão sem pagamento.

Estivemos naquela cidade para prestar a nossa solidariedade, apoiar e firmar compromisso de estarmos juntos nessa luta. Mais uma vez um setor tão importante da nossa economia catarinense passa por uma situação muito difícil, especialmente no grande oeste do nosso estado, são quase duas mil

famílias de agricultores, deputado Sargento Amauri Soares. Apenas na Empresa Laticínios Mondaí há mais de 200 funcionários dentro da indústria que possuem famílias e que estão nessa situação, sendo que a economia municipal está sendo prejudicada, srs. deputados e sras. deputadas.

E assim também acontece em outros municípios. Há muitos agricultores e trabalhadores que estavam trabalhando tranquilamente nas suas atividades e que agora, de uma hora para outra, estão nessa situação.

Esperamos conseguir encaminhamento, pois existe uma grande expectativa na busca de soluções. Há pouco tivemos a informação, e isso nos preocupa, de que foram bloqueados os bens da empresa. Os trabalhadores querem continuar produzindo! O nosso entendimento é de que os órgãos de fiscalização, principalmente o ministério da Agricultura, precisa cobrar a qualidade do produto, mas não pode colocar à margem todo o processo que está em construção e desenvolvimento, como as pequenas empresas, as cooperativas, as associações e as organizações que estão trabalhando e não podem ser prejudicadas. São pessoas sérias, comprometidas, são agricultores que no dia a dia, à duras penas, trabalharam na melhoria da qualidade do leite em suas propriedades. Essas pessoas não podem ser condenadas, mas estão sendo, juntamente com as pessoas que fizeram os esquemas.

Agora, os agricultores dizem que querem continuar produzindo, os trabalhadores querem continuar trabalhando, então, esse é o grande desafio que temos à frente em diversos municípios. Estou citando o exemplo do município de Mondaí, mas temos muitas outras cidades como Formosa, Cordilheira Alta, entre outros, da mesma região.

E o que estamos buscando são soluções, estamos em contato com órgãos do governo federal, com ministérios, queremos que o nosso estado participe desse processo, especialmente a secretaria da Agricultura, a Epagri e Cidasc, para que não se use outros mecanismos neste momento que prejudique as nossas pequenas empresas, mas queremos

condições para que os trabalhadores continuem produzindo no estado. Esse é o pedido e a questão que estamos levantando.

Também estamos buscando formas de o nosso mandato contribuir com esses trabalhadores. Ontem assumimos o compromisso e hoje, após o meio-dia, às 15h, já tivemos, nesta Casa, um debate, estamos agora trazendo o assunto a esta tribuna.

Mas queremos aqui a solidariedade também dos colegas deputados para nos ajudar na resolução e na busca de encaminhamentos ou de amenizar, se não conseguir solucionar, os impactos dessa ação em nosso estado.

O outro tema que quero trazer para esta Casa - hoje inclusive acompanhei este assunto no espaço do comentarista Moacir Pereira, do Diário Catarinense, feito pelo substituto interino Upiara - diz respeito aos financiamentos de campanha. Um tema que o Partido dos Trabalhadores, a nossa bancada federal e estadual e o próprio governo da presidenta Dilma Rousseff têm discutido muito. E a sociedade catarinense e brasileira tem-se mobilizado fazendo um plebiscito no dia 7 de setembro, uma consulta popular sobre o tema da reforma política. Então, um dos grandes temas que nós precisamos enfrentar é o tema do financiamento das campanhas eleitorais.

Eu já participo da política há quase 30 anos, não como político, como candidato, mas faço debate político no sindicalismo, no movimento social e entrei na política com um sonho também de transformá-la, de muda-la, lutando, cada vez mais, pela democracia em nosso país. Mas não se implanta democracia na representação política e por isso que ainda não podemos dizer, e isso eu falava logo depois das eleições, que o povo escolheu democraticamente os seus representantes.

Não é totalmente democrático quando olhamos os dados e os números e vemos que, ao menos os oficiais, e sabemos que aqui ninguém fala fácil, há muito dinheiro que não foi ainda contabilizado nas campanhas, infelizmente, que é o famoso Caixa 2. Mas se pegarmos somente os números oficiais, dos dados que o próprio comentarista Upiara traz,

percebemos que há uma antidemocracia no processo financeiro das campanhas eleitorais. E aí vamos ver também que grande parte das empresas que financiaram e que financiam essas campanhas, inclusive deste Parlamento, recebe benefícios fiscais ou teve ou tem pelo pró-emprego, pelo tantos outros programas que temos aí, pelas renegociações de dívidas que cada ano, praticamente, entram projetos de renegociação de dívidas para empresas. Vemos também empresas que recebem benefícios fiscais, públicos, do estado financiando as campanhas.

Por essa razão que nós ainda não temos uma eleição democrática, porque sabemos que quem pode pagar a divulgação de sua imagem através do famoso santinho, nos jornais, na imprensa acaba aparecendo mais e quem não tem dinheiro para pagar não aparece. Então, isso não é democrático ainda. É um exemplo, de tantos outros exemplos de pagar cabos eleitorais etc.

Assim sendo, precisamos enfrentar essa discussão. Por isso estou convencido de que nós só iremos ter uma eleição democrática ou mais democrática o dia em que o Supremo Tribunal Federal, que já está discutindo o tema - infelizmente, não tomou a decisão antes dessas eleições - proibir o financiamento privado nas campanhas. Para isso precisamos fazer uma reforma profunda na questão dos financiamentos. Esta é a grande reforma das reformas que a presidenta Dilma Rousseff precisa encaminhar e encarar de frente.

Esperamos que o Congresso Nacional tenha a capacidade de solucionar essa questão. Mas eu não espero muito, porque a maioria que está lá se elegeu com esse sistema, com esse financiamento. Infelizmente, os dados são claros: os que mais gastaram nas eleições se elegeram novamente. Então, há o vínculo do gasto.

Por isso, temos um vínculo claro, e os dados estão claros mais uma vez aqui na Assembleia e no Brasil: quem gasta mais faz mais votos, tem um vínculo do voto com o gasto de campanha. Os dados comprovando isso.

Precisamos urgentemente tomar uma posição e estamos também discutindo uma constituinte especial, porque entendemos que o Congresso Nacional, infelizmente, não fará a reforma das reformas que é reforma política do que nós precisamos no nosso país.

Isso é o que me motiva a continuar na luta política, caso contrário, de fato, nós que somos trabalhadores, que não temos grandes articulações com grupos econômicos, que queremos aqui defender os trabalhadores e as trabalhadoras, não teremos condições de disputar campanhas eleitorais para o futuro.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - O próximo orador inscrito é o deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha, é uma satisfação ocupar esta tribuna. O deputado Dirceu Dresch falou dois assuntos importantes: a questão do leite e a questão eleitoral. Na questão eleitoral, quem não tem as CUTs e os sindicatos tem que se virar de algum jeito. Então, quem tem movimentos sociais que recebem benefícios e usam esses movimentos sociais politicamente acabam sendo beneficiados. Eu acho que as condições deveriam ser iguais a todos os candidatos para que nenhum candidato, na eleição, fizesse mais uma dívida para os quatro anos, porque acaba tendo que gastar na divulgação do seu nome, levar o seu nome ao estado. Eu acho que isso tem que ser discutido.

Então, há o poder econômico e há os poderes sindicais de bolsas, sacolas, etc, pelo Brasil afora, que também beneficiam os candidatos.

Mas, queria registrar aqui essa questão do leite. Anteontem, tivemos uma reunião com o governo do estado e a JBS, que é uma empresa que, infelizmente, investe em nível de Brasil, investiu até em campanha eleitoral, mas ajudou todo mundo pelo o que eu vi, pelo menos nas contas que vimos na imprensa. Mas tem gerado muitos empregos no

estado de Santa Catarina. E está fazendo ampliações no frigorífico de São Miguel d'Oeste, pois incorporou lá um frigorífico que estava prestes a fechar, com cento e poucos funcionários. Hoje, tem mais de 440 funcionários, vai triplicar a sua produção em dois anos e vai aumentar para aproximadamente 700 funcionários a produção. Então, o frigorífico, no caso, a produção de suínos, vai melhorar muito a agricultura, a renda, a economia do nosso estado.

A questão do leite é muito importante e foi levantado pelo deputado Dirceu Dresch. Claro que todos querem um produto de qualidade. Hoje alguns laticínios que estão respondendo processo, porque foi requerida a denuncia pelo Ministério Público, estão com as suas contas bloqueadas, e produtores que forneciam os seus produtos estão sem receber ainda por aquele produto.

Então, essa ação traz algumas dificuldades, mas traz coisas boas para o estado de Santa Catarina, como por exemplo, a certeza da melhora da qualidade do que o cidadão vai consumir, que é um produto de qualidade. Empresas vendiam o leite que ficava três dias na estrada sendo transportado, apesar de qualquer técnico saber que isso não é possível se não tiver o chamado batismo do leite, oferecendo produtos que são nocivos à vida humana.

Então, a polícia, o Ministério Público, todos que atuaram, têm que atuar ainda com mais firmeza no combate a este tipo de crime, que é contra a vida, pessoas querendo enriquecer ilicitamente, às custas, muitas vezes, de vidas e da saúde pública.

Estão de parabéns o Ministério Público e as polícias, civil e militar, que estiveram envolvidas nessa ação. Isso vem trazer, sim, melhora da qualidade, mais respeito de todos e a certeza de que o consumidor vai receber um produto final da melhor qualidade possível.

Queria fazer o registro de que recebi vários expedientes, também sobre a questão da segurança pública, como presidente da comissão de Segurança Pública da Assembleia. Expediente do CDL de Balneário Camboriú, do L. Dagnoni e do José

Roberto Cruz; também do Conseg de Balneário Camboriú, da dona Vera, da Associação dos Moradores do Bairro das Nações, Bairro dos Pioneiros e todos, claro, parabenizando-nos pela reeleição e voltando a pedir segurança.

Eu vejo que os Consegs, em nível de estado, os conselhos de segurança, formado por moradores, por lideranças, por empresários, por donas de casa, não têm tido a atenção da Segurança Pública. Deixaram de ser ouvidos, ficaram de lado. E é preciso valorizar isso. A sociedade quer falar sobre os seus anseios, o que sente lá no bairro, na comunidade, sugerir aos órgãos de segurança o que pode ser melhorado para a Segurança Pública.

Hoje, inclusive, recebi a visita, em gabinete, de representantes do Conseg do norte da Ilha, dos Ingleses, entre eles: Dirceu Cirilo de Souza, que é o presidente; o Jaime Soares, o Coradine, a Daniele Novaes, a Laureana Aberti. Eles lutaram muito, lembro-me bem, pela implantação da delegacia dos Ingleses, e tivemos a oportunidade, naquela época, 2007, 2008, de fazer a implantação daquela delegacia.

Hoje aquela comunidade do norte da Ilha, reclama uma delegacia de proteção à mulher. Nós só temos o 6º DP da capital, na Agrônômica, que é a Delegacia de Proteção à Mulher. Lá, se não houver efetivo, teríamos que estudar uma forma de ter um setor, uma escritã, uma agente de polícia, uma delegada, dentro da delegacia, voltada e com prioridade para atendimento às mulheres.

Claro que nos crimes de violência sexual a mulher fica retraída, tem dificuldade de relatar, muitas vezes, os fatos a um policial masculino, e teria muito maior facilidade de conversar com uma escritã, uma delegada ou uma psicóloga.

Então, o cidadão tem o direito de ter essa infraestrutura ideal para uma delegacia de proteção à mulher, de proteção ao idoso, à criança. Então, é um pleito e no próximo dia 25 vai haver uma conferência, um encontro do Conseg dos Ingleses, às 19h, no Hotel Praiatur, nos Ingleses, e estaremos lá representando a Assembleia Legislativa. Deverão estar lá

representantes da secretaria da Segurança, da Polícia Civil e da Polícia Militar.

E também recebemos a visita de vários membros da Segurança Pública, da Polícia Civil, delegados, agentes, mas principalmente delegados querendo a inserção na nossa Constituição Estadual da exigência de uma lista tríplice para a escolha do delegado-geral.

Então, um delegado que não foi escolhido pela classe, às vezes, não toma as ações que são devidas, não toma decisões nem para cá nem para lá e a classe fica nessa discussão, nesse debate.

Eu, anteriormente, sempre tive o pensamento de que a escolha do chefe dessas instituições deveria ser de livre escolha do governador do estado, mas há um pleito da categoria no sentido de que a escolha de uma lista tríplice ou de uma lista sêxtupla seja feita pela categoria da Segurança Pública e levada ao governador que, dentre aqueles eleitos pela classe, selecionaria o escolhido para comandar a Polícia Civil que, como dizem: pior do que está não ficará. Mas é um assunto para ser debatido, discutido e me parece que também essa ação poderia ou deveria, ser adota.

Nós tivemos, se não me engano, na Polícia Federal, uma iniciativa da própria instituição, quando seus membros escolheram uma lista tríplice, mesmo sem estar na lei, e levaram à Presidência da República para a escolha do chefe, dentre aqueles que foram escolhidos pela categoria.

Mas estamos estudando a possibilidade, e também queremos discutir com os demais pares desta Casa, sobre essa alteração, para que o chefe de polícia do estado seja escolhido através de uma lista tríplice. É uma forma de ter a participação de todos os membros da Segurança Pública, no caso, da Polícia Civil.

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, quem mais nos

acompanha na sessão desta tarde de quarta-feira aqui presente ou pela TVAL e Rádio Digital.

Eu queria falar também e fazer referência a este debate que o deputado Dirceu Dresch trouxe a esta tribuna sobre a produção do leite no oeste e no extremo oeste catarinense que, aliás, também ocorre em outras regiões do estado, e da necessidade de uma política para garantir a sobrevivência dos pequenos agricultores produtores de leite.

É uma modalidade da economia forte que tem sido bastante viável nos últimos anos, talvez a produção agrícola mais interessante para a agricultura familiar, para os pequenos agricultores, e que precisa ser refletida e receber as medidas necessárias, a medida de governo e de estado para que possa sobreviver.

É evidente que se precisa investigar, responsabilizar e punir aqueles que acrescentam e colocam substâncias proibidas ao leite, no caso específico, soda cáustica, mas tem sido cada vez mais comum. Eu ouvi que não há como transportar o leite por mais de 300km sem que ele estrague, e a pergunta que fica é: como então algumas empresas conseguem transportar leite de Santa Catarina até São Paulo sem o produto estragar? Existe alguma mágica possível? Se não existe e, tecnicamente, cientificamente, não é possível, é preciso que se organize a produção, a industrialização e a distribuição para o comércio de forma racionalizada na própria região e, evidentemente, com maior fiscalização.

A produção do leite precisa continuar sendo realizada pela agricultura familiar, como forma de manutenção, inclusive dessa cultura, não apenas pela sobrevivência das pessoas no meio rural, mas também pela cultura absolutamente necessária à soberania alimentar do povo brasileiro. E precisamos encontrar mecanismos que garantam essa sobrevivência, saúde e qualidade do alimento que se produz, que se processa e que se distribui nas redes de supermercados.

O debate que a gente, com certeza, vai continuar acompanhando e se solidarizando com os

pequenos agricultores, especialmente os que estão lá, que fazem um esforço para produzir o leite, entregar e que, evidentemente, a partir do seu portão, perdem completamente o controle. Nessas circunstâncias, não podem eles ficar abandonados pelo estado, pelo governo e pela estrutura de organização da economia no seu conjunto, porque isso afetaria o futuro da alimentação saudável da sociedade.

Quero me reportar a outro episódio que tem ocorrido na sociedade brasileira, no processo eleitoral para a Presidência da República, especialmente no segundo turno, e inclusive agora, no momento pós-eleitoral, quando parece que se está construindo um terceiro turno da eleição presidencial.

Um episódio específico no meio desse fenômeno de recrudescimento das divergências, na maioria das vezes forjadas, para não dizer artificiais, foi o ataque ao memorial Luiz Carlos Prestes, que está sendo construído na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. No último sábado, um grupo de cerca de 30 pessoas, convocadas por um professor de ciência política, da Universidade Luterana, participaram com afixas, cartazes, coroa de flores com xingamentos, distorções da história, patrulhamento ideológico e a renegação, inclusive de parte importante e fundamental da história do povo brasileiro, como a gente, aliás, trouxe para cá há algumas semanas, quando aqui comemoramos os 90 anos da Coluna Prestes, como um movimento do povo brasileiro que contribuiu para a modernização e inclusive para a democratização da sociedade brasileira.

Nós temos nas manifestações dessas pessoas que participaram desse ato em Porto Alegre, inclusive dizendo que a Coluna Prestes foi a tentativa de Luiz Carlos Prestes de copiar a Marcha Mao Tsé-Tung, na China, o que é ridículo, tratando-se de pessoas esclarecidas que, supostamente, conhecem a história, porque se arrogam ao direito de falar dela. Se tivessem lido com atenção a orelha de um livro saberiam que essa marcha e a revolução chinesa aconteceram 20 anos depois da Coluna

Prestes aqui no Brasil. Mas nessa tentativa de descaracterizar a importância das lideranças, dos fenômenos e da própria história brasileira, ou melhor, das manifestações de esquerda, dos movimentos populares brasileiros, acabam distorcendo a história até ela ficar irreconhecível.

"Morte aos comunistas" é uma das expressões usadas pro esse ato, em Porto Alegre, contra o memorial, e tem sido usado pelas redes sociais todos os dias. Aliás, estão cada vez mais próximas de nós essas manifestações, como é comum em toda a ascensão, em toda a expressão fascista, e ficam irritados quando os chamam de fascista, mas o comum é não fazerem a menor distinção entre os comunistas, os socialistas, os democratas e os humanistas. Tendo um verniz de movimento popular, de vontade popular de transformar a sociedade no sentido de maior democratização e participação popular, para eles é tudo comunista. E "comunista bom é comunista morto", outra expressão que também se tem lido nas últimas semanas e nos últimos meses no estado de Santa Catarina.

Ou seja, o ato em Porto Alegre contra o memorial Luiz Carlos Prestes não é um ato isolado, e, sim, um fenômeno perigoso para o conjunto da sociedade porque cria um clima, exatamente o clima que se criou nas vésperas do Golpe de 1964; nas vésperas do suicídio de Getúlio Vargas, dez anos antes, em 1954; nos anos seguintes, ao fim da Segunda Guerra Mundial, inclusive com a legalização do Partido Comunista Brasileiro, e aí neste aspecto é necessário dizer que se tenta detratar e suprimir a importância do maior líder popular da história moderna brasileira, Luiz Carlos Prestes. Tenta-se suprimir qualquer importância desse líder, mas o seu partido, o PCB, no qual entrou muito depois da coluna, teve dois anos de vida legal, de 1945, com o fim da guerra, até 1947, e ele próprio foi eleito senador por vários estados do Brasil até porque a Legislação permitia. Ele foi um dos senadores mais votados da história do Brasil, proporcionalmente falando, evidentemente, junto com 14 deputados. Isso em

dois anos de partido na legalidade, e voltou para a ilegalidade. Então, foi uma história de perseguição e clandestinidade, com nove anos de prisão por não renegar suas convicções.

Repete-se hoje o fato absurdo de que Luiz Carlos Prestes teria entregado Olga Benário para o Hitler, para que ele fosse solto, o que é um absurdo e ridículo. É preciso dizer também, neste pouco tempo que sobra, que os comunistas estiveram à frente, em todas as lutas, por maior democracia e maiores direitos para os trabalhadores e oprimidos deste país: o voto universal, o direito de voto para as mulheres, que apenas em 1946 foi constitucionalizado - e estava lá a bancada comunista junto com Luiz Carlos Prestes defendendo -, o direito às férias remuneradas, o direito da licença maternidade. Todas essas foram lutas defendidas pelos movimentos populares, tendo os comunistas, incluindo Luiz Carlos Prestes, durante 70 anos da história deste país à frente desse movimento e desse processo.

Pensar diferente disso, desenhar uma história diferente dessa é distorcer, é trabalhar contra a história, contra a verdade e contra a democracia. É preciso que as pessoas de bem e de bom senso coloquem o bom senso neste momento da conjuntura brasileira e mundial.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, comunidade catarinense, o assunto que me traz à tribuna, hoje, é o câncer.

Em outubro falou-se sobre o câncer de mama, foi um mês importante que teve uma grande aceitação ao programa de prevenção no combate ao câncer de mama. Um mês destinado às mulheres. E nós neste mês de novembro temos que falar um pouquinho do câncer do homem, que é o câncer de próstata e outros cânceres.

(Passa a ler.)

“As estimativas para o ano de 2014 das taxas brutas de incidência por 100 mil habitantes e do número de casos novos de câncer, segundo sexo e localização primária.

Casos no estado de câncer de próstata: 2.220 casos, com uma taxa bruta de 69,81%. E aí temos outros tipos de cânceres, como na traqueia, brônquio, pulmão, cólon, reto, estômago, cavidade oral, laringe, bexiga, esôfago, linfoma de Hodgkin, glândula tireoide, sistema nervoso central, leucemias, melanomas e assim por diante.

Nós temos que fazer com que neste mês de novembro aja um despertar, um alerta para os homens para a situação do câncer de próstata. Datas importantes como o Dia Mundial do Diabetes e o Dia Mundial de Combate ao Câncer de Próstata, ambos comemorados no mês de novembro, deram origem a um movimento muito mais abrangente, conhecido no mundo todo desde 2003 como Novembro Azul. O movimento é dedicado à importância dos cuidados com a saúde do homem. Para lembrar a data, o prédio da secretaria de estado da Saúde - SES -, será iluminado de azul durante o mês. O objetivo é conscientizar a população masculina visando diminuir a taxa de mortalidade por doenças, especialmente o câncer de próstata e destacar a importância dos exames preventivos.

De acordo com a pesquisa, a taxa de mortalidade por neoplasias malignas foi sempre maior entre os homens, representando em média 58% do total. Os tumores se manifestam com mais frequência nas pessoas que têm entre 60 e 79 anos. São mais comuns os cânceres de pulmão, traqueia, brônquios. O câncer de próstata passou de terceiro lugar entre 2000 e 2005 para o segundo mais comum entre 2010 e 2012. Nesse caso, a taxa de mortalidade, que era de 8,8% em 2000, subiu para 11,6% em 2012.

O câncer de próstata, segundo o Instituto Nacional do Câncer - Inca -, 68,8 mil casos novos de câncer de próstata devem ser detectados em 2014. No Brasil, esse é o segundo tipo de tumor mais comum entre os homens, atrás apenas do câncer de pele, não melanoma. Mais do que qualquer outro

tipo, é considerado um câncer da terceira idade, já que cerca de três quartos dos casos no mundo ocorrem a partir dos 65 anos.

De acordo com a Sociedade Brasileira de Urologia, depois do aparecimento dos sintomas, mais de 95% dos casos de câncer de próstata já se encontram em fase avançada. Por isso é importante o exame regular de toque retal e Antígeno Específico da Próstata - PSA. Os exames devem ser feitos a partir dos 50 anos, podendo variar para menos conforme os riscos de a pessoa apresentar a doença.

Estudos comprovam que esta prática pode diminuir cerca de 21% a mortalidade da doença.

Dúvidas frequentes: quais são os exames para detectar a doença? Os exames consistem em dosagem sérica do PSA e do exame digital retal que são complementares para o diagnóstico com períodos anuais. Por que não posso só fazer o exame de sangue? Porque cerca de 10 a 20% dos casos não são detectados pela dosagem do PSA no sangue. O exame de toque e o PSA são complementares. Quais são os fatores de risco para o câncer de próstata? Primeiramente, a idade, cerca de 62% dos casos são homens a partir de 65 anos; histórico familiar é outro fator de risco; e a raça, com maior incidência entre os negros. Outro fator de risco é alimentação inadequada, a base de gordura animal e deficiente em frutas, verduras, legumes e grãos. Sedentarismo é também um fator de risco, assim como a obesidade.

É possível prevenir? Evitar a doença? Não! Mas é possível diagnosticá-la precocemente, quando as chances de cura são cerca de 90%.

Quais são os sintomas? Na fase inicial quando as chances de cura são maiores não há qualquer sintoma.

Por isso, a importância dos exames na fase avançada, quando a cura é mais difícil. O paciente pode sentir vontade de urinar com urgência, dificuldade para urinar, levantar várias vezes a noite para ir ao banheiro, dor óssea, queda do estado geral, insuficiência renal e dores fortes.

Quais são as opções para o tratamento? De acordo com a fase do tumor e as características do paciente o médico poderá definir as melhores formas de tratamento.

Nos estágios iniciais da doença, tumores localizados e, localmente avançados, a prostatectomia radical é o tratamento padrão, que consiste em uma cirurgia para a retirada da próstata e apresenta altos índices de cura.”

Então, neste mês de novembro temos que fazer um alerta e nos basear nos dados que aqui relatamos, que aqui falamos. O exame preventivo trata-se do exame de sangue e do PSA, que é o Antígeno Prostático. E nós temos o toque retal, o toque digital feito pelo médico, que é importante para ele sentir o tamanho da glândula, o tamanho da próstata. Isso, sim, define com mais precisão as condutas que o médico vai tomar em relação ao câncer de próstata.

Então, catarinenses que nos escutam neste momento, todos os homens que nos acompanham, tenham, sim, aquele tempo necessário para você. Muitas vezes os homens se esquecem de si próprios. Lembrem-se da missão que vocês têm que cumprir aqui nesta vida. Temos que cumprir essa missão. E para isso, temos que fazer os exames preventivos para que a nossa saúde seja, sim, a grande beneficiada.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental, com a seguinte Ordem do dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo plenário.

Está encerrada a sessão.